

Moraes conversa com militares sobre urnas a portas fechadas

Moraes escanteia fiscais das eleições e conversa com militares a portas fechadas

Novo presidente do TSE diverge de Edson Fachin, seu antecessor, que havia encerrado diálogo com membros das Forças Armadas

Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), escanteia entidades de fiscalização do pleito e integrantes da CTE (Comissão de Transparência das Eleições) e passou a centralizar diretamente com as Forças Armadas, em reuniões fechadas, as discussões sobre mudanças nas regras das eleições deste ano.

A postura do ministro diverge da linha adotada por Edson Fachin, ex-presidente da corte, que havia rejeitado reuniões exclusivas com militares sob argumento de que era preciso tratar todos os fiscais da votação com igualdade.

Fachin também afirmava que a discussão sobre as regras das eleições cabia a "forças desarmadas" e que esse debate já havia se esgotado.

Moraes fez duas reuniões com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, desde que assumiu o TSE, em 16 de agosto. Depois do último encontro, em 31 de agosto, no qual também participaram técnicos das Forças Armadas e do tribunal, Moraes anunciou que estudaria uma forma de reformular o teste de integridade das urnas feito no dia das eleições — o principal pleito dos militares.

A resolução sobre a reformulação do teste de integridade foi aprovada nesta terça (13). O TSE determinou que de 32 a 64 das 640 urnas que serão auditadas devem usar a biometria de eleitores.

Semanas antes do primeiro turno, ainda não está definido como a Justiça Eleitoral irá tirar a proposta do papel. A reformulação do teste é uma incógnita para técnicos do TSE e dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais), que são contra a mudança.

A terceira reunião com os militares estava prevista para esta terça-feira, mas foi desmarcada por Moraes após o TSE negar ter feito um acordo para facilitar às Forças Armadas a divulgação de dados sobre a totalização dos votos.

Por meio da Lei de Acesso à Informação, o TSE disse que "não foi redigida ata das reuniões" de Moraes com representantes das Forças Armadas.

Procurado, o tribunal não se manifestou sobre a decisão de reabrir a discussão com militares semanas antes das eleições e em reuniões fechadas.

Em nota divulgada sobre a reunião do último dia 31, o tribunal afirmou que os militares reconheceram o êxito de análises feitas por universidades no modelo mais recente da urna eletrônica. Também disse que foi reafirmado que haverá divulgação dos boletins de urna pelo TSE para quem quiser fazer a conferência e totalização dos resultados.

O tribunal anunciou, na mesma nota, que seria avaliada a "possibilidade de um projeto piloto complementar" sobre o teste de integridade das urnas nos moldes defendidos pelos militares, com biometria de eleitores reais.

Sem ata das conversas e presença de outras entidades, porém, militares e integrantes do TSE têm divergido sobre os pontos tratados nas reuniões.

Representantes das Forças Armadas que acompanham as discussões com o tribunal dizem reservadamente que Moraes prometeu em 31 de agosto facilitar a divulgação de dados sobre a totalização



O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, se reúne com o ministro Alexandre de Moraes, do TSE, no último dia 31. Aljondro Zambrana - 31 ago.22/TSE

TSE MAN-TÉM VETO A IMAGENS DO 7 DE SETEMBRO NA PROPAGANDA DE BOLSONARO

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) manteve nesta terça-feira (13) veto ao uso de imagens das manifestações de 7 de Setembro na campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os ministros confirmaram decisões liminares (provisórias e urgentes) do corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, em pedidos da campanha de Lula (PT) e de Soraya Thronicke (União Brasil).

Pela decisão, não podem ser usadas imagens feitas nos eventos oficiais do feriado da Independência.

Nessas ações, além de em procedimento movido pelo PDT, Bolsonaro e Braga Netto (PL), candidato a vice, são investigados por abuso de poder político e econômico.

Os opositores pedem cassação e inelegibilidade de ambos.

Os ministros também aplicaram multa de R\$ 10 mil a Lula (PT) por propaganda antecipada em evento feito em agosto no Piauí, antes do período de campanha.

do resultado do pleito, o que foi negado pelo tribunal e pelo Ministério da Defesa.

Na segunda (12), mesmadata em que negou que tenha feito acordo sobre divulgação dos dados da totalização das eleições, Moraes suspendeu um encontro com o ministro da Defesa que estava previsto para ocorrer no dia seguinte.

O próprio tribunal, em 2021, inseriu as Forças Armadas no grupo de entidades que fiscalizam as eleições e na CTE.

Desde então, os militares romperam um silêncio de 25 anos sobre as urnas eletrônicas e apresentaram diversas dúvidas e sugestões ao tribunal, que têm sido usadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para ampliar questionamentos ao voto eletrônico e fazer insinuações golpistas.

As principais propostas dos militares foram apresentadas à CTE e rejeitadas ainda no primeiro semestre. As reuniões da comissão foram registradas em atas. Também foram formalizados em ofícios os pedidos dos militares e as respostas do tribunal.

Os militares insistiram nos pedidos e passaram a requisitar, a partir de junho, reuniões exclusivas com Fachin, então presidente da corte. O ex-presidente do TSE, porém, rejeitou essa possibilidade e argumentou que as discussões deveriam ocorrer na CTE.

Em 19 de junho, Fachin disse, em resposta enviada ao ministro da Defesa, que as propostas dos militares seriam consideradas para as eleições posteriores a de 2022.

Diante da resistência de Fachin, ministros do governo Bolsonaro passaram a apostar na reabertura das negociações com o tribunal a partir da posse de Moraes.

O discurso do governo, nos bastidores, era de que Bolsonaro poderia reduzir o tom golpista de suas declarações se o TSE aceitasse as sugestões das Forças Armadas.

Dias antes de Moraes assumir a presidência do TSE, auxiliares do ministro pediram para técnicos da Justiça Eleitoral montarem uma simulação da mudança no teste de integridade das urnas.

Essa simulação foi feita na semana da posse do ministro. Nesse dia, técnicos do tribunal já disseram a Moraes que eram contra ceder aos militares, apontando risco de tumulto no dia das eleições.

Dias mais tarde, porém, o ministro acenou aos militares e disse que iria avaliar a possibilidade de reformular uma parte dessa auditoria. O

entorno de Bolsonaro considerou o acordo de Moraes como um amistício entre o governo e o TSE.

O chefe do Executivo, no entanto, já mostrou desconfiança sobre o acordo e segue levantando dúvidas e teorias da conspiração sobre as urnas.

"Aceitando as propostas das Forças Armadas, a chance de fraude chega próximo de zero. Próximo de zero não é zero. Por que bater nessa tecla? Por que evitarem camadas de transparência?", disse Bolsonaro em entrevista à Jovem Pan, no último dia 6.

TSE cede e aprova uso de biometria em teste no dia da eleição

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou nesta terça (13) reformular a análise de até 64 das 640 urnas que passam pelo teste de integridade no dia de votação.

Esse grupo de até 10% dos equipamentos auditados será acionado com a biometria de eleitores, um pedido das Forças Armadas que havia sido negado pelo tribunal na gestão do ministro Edson Fachin.

Ao assumir o comando da corte, o ministro Alexandre de Moraes reabriu o diálogo com militares e prometeu avaliar um "projeto-piloto" para reformular parte do teste.

O TSE definiu que será usada biometria em de 5% a 10% das urnas auditadas no teste de integridade, ou seja, de 32 a 64 dos cerca de 640 equipamentos que são testados. As urnas serão testadas com biometria no mínimo em cinco capitais e no Distrito Federal.

As comissões de auditoria dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) vão indicar quais seções podem servir para o projeto-piloto. A escolha das seções será feita até dez dias antes das eleições.

Para usar a biometria, o teste terá de ser feito nas seções. Já na auditoria tradicional, sem a biometria, a análise é realizada em locais controlados e indicados pelos TREs.

Técnicos da Justiça Eleitoral temem que a mudança cause tumulto nos locais de votação. Eleitores voluntários vão disponibilizar a biometria para acionar a urna durante o teste.

A resolução não estava prevista na pauta da sessão do TSE da noite desta terça. O texto foi levado pelo presidente da corte eleitoral, Alexandre de Moraes, e foi aprovada por unanimidade. **MV**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4